

PERCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: considerações a partir de um estudo de caso junto a criança, a mãe e o psicólogo em uma instituição especializada

Perceptions on the development of children with visual disability: considerations from a case study with the child, the mother and the psychologist in a specialized institution

Thaís Miani, Juliene de Cássia Leiva¹

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade descrever e analisar a percepção dos cuidadores sobre a capacidade de desenvolvimento da criança, assim como, a importância da autonomia da criança com deficiência, nas trocas interativas, considerando, a partir de um estudo de caso, assistido por uma instituição voltada para o atendimento à pessoas com deficiência visual.

Devido a importância da estimulação para o desenvolvimento pretendeu-se, assim, investigar o olhar da mãe sobre o desenvolvimento e capacidade da criança com deficiência visual, buscando compreender suas experiências, bem como, discutir a importância da atuação da psicóloga junto à mãe e à criança com deficiência visual, levando em conta a escassez de trabalhos acadêmicos disponíveis sobre o assunto abordado.

Deficiência visual: prevalência, etiologia e legislação

A visão é o sentido mais utilizado pelos seres humanos ao longo do processo de desenvolvimento. Graças à visão, normalmente o bebê aprende a identificar que um objeto não está ligado diretamente a ele e sim que é separado e distinto dele, ou seja, a criança começa a entender que o mundo está cheio de eventos e objetos, assim como de outras pessoas, permitindo a aquisição do conceito de permanência de objeto ao longo dos primeiros meses de vida dos bebês (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2010).

Quando a criança nasce com a deficiência visual sobrepõe a falta que tem aos outros sentidos, sendo a deficiência visual caracterizado como:

A cegueira é uma deficiência sensorial que se caracteriza pelo fato de que as pessoas que dela padecem têm seu sistema visual de coleta de informações total ou seriamente prejudicado. Portanto, quando se fala de cegos, se faz referência a uma população muito heterogênea, que inclui não apenas as pessoas que vivem na escuridão total, mas também aquelas que têm

¹ Universidade de Araraquara (UNIARA). Curso de Psicologia.

problemas visuais suficientemente graves para serem consideradas legalmente cegas, embora tenham resquícios visuais que possam se aproveitados para seu desenvolvimento e sua aprendizagem (COLL;MARCHESI; PALACIOS; 2004 p. 151).

O decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, o qual desenvolve normas gerais de promoção à acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, refere-se à deficiência visual no Art. 5º, parágrafo primeiro como:

[...] deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) descreveram a prevalência e causas da deficiência visual, no mundo, o número aproximado de pessoas deficientes visuais é de 161 milhões, sendo que destes 37 milhões eram cegos, embora na ‘Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Morte’ (10ª revisão), refiram-se apenas às estimativas sobre a diminuição da acuidade visual e cegueira. Dentre as causas da deficiência visual, a catarata continua sendo uma das mais presentes, apesar de existir avanço tecnológico para seu tratamento. Outro dado mostrado também é referente à faixa etária mais atingida, que é acima dos 50 anos de idade, e prioritariamente do sexo feminino.

Desvantagem e incapacidade

Quando se refere à diferenças, fica a compreender que existem também semelhanças, homogeneidade, o que é relacionado à normalidade correspondente a um modelo, mas para expressar a existência dessas diferenças criam-se nomenclaturas. O sentido real da palavra “diferença” refere-se à variedade de características ou opções, como cor de olhos, torcedores de times de futebol, gosto para diferentes comida. Entretanto, há mais complexidade quando o contexto são as relações humanas (AMARAL,1998).

Assim, na tentativa de diminuir ou até mesmo reconstruir a conotação de palavras como anormal, desviante, divergente, diferente e deficiente, seria possível pensar no poder que existe nessas palavras e o que podem produzir, sem desconsiderar os conceitos de “anormalidade” e “normalidade”, mas sim, compreender a partir das experiências do cotidiano e problematizar a definição de ambas as palavras, ou seja, pensar em “anormalidade de forma inovadora: não mais e somente como patologia - seja individual ou social - mas

como expressão da diversidade da natureza e da condição humana, seja qual for o critério utilizado” (AMARAL, 1998, p.05).

A deficiência, segundo Amaral (1992), pode ser primária e secundária, ou, em outras palavras, incapacidade e desvantagem, que respectivamente sugerem “perda de estrutura ou função”, “restrição de atividades” e “condição social de prejuízo”, ou seja, a condição de uma pessoa com deficiência só é caracterizada por comparação às pessoas de seu grupo, considerando sexo e idade, por exemplo, ou num grupo específico. Amaral refere-se também à deficiência como uma leitura social, o que se remete a significações afetivas, emocionais e sociais que um determinado grupo atribui à tal deficiência. Partindo dessa “ideologia da força de vontade” e “culpabilização da vítima”, criam-se os pré-conceitos sobre as pessoas com deficiência, que implicam em restrições em termos de projetos sociais (AMARAL, 1998).

Assim, por pessoas que defendem os direitos iguais a todos, começa a discussão sobre inclusão social além de leis para amparo.

Amparo legal e recursos para a inclusão pessoas com deficiências

Os avanços em relação à legislação foram conquistados através dos esforços de pessoas interessadas e dispostas a lutar pelos direitos de pessoas com deficiência à inclusão na sociedade, e com o passar do tempo, essa evolução é mais efetiva e produtiva.

Congressos, como a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, teve como objetivo o

[...] compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994, p. 1).

Recentemente, foi reafirmada a postura de garantia de direitos para essas pessoas, na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Graças ao amparo legal existente, que pauta as políticas públicas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais em ambientes comuns, muitos profissionais envolvem-se diretamente com a promoção de desenvolvimento humano, além dos professores/educadores. Entre esses profissionais, o psicólogo pode contribuir com o seu conhecimento específico, e principalmente o conhecimento sobre cada deficiência e que a inclusão não é apenas colocar o aluno deficiente na sala convencional, existe a necessidade de adaptação de material e espaço (Schruber; Cordeiro, 2010), além e, especialmente, de atitudes a respeito.

Deficiência visual e família

Desde o momento da descoberta da gravidez, mudanças surgem, e quando um bebê nasce, promove mudanças ainda maiores em toda a rotina familiar. Algumas informações referentes a uma síndrome ou uma etiologia que causam atraso no desenvolvimento da criança, podem provocar nos pais, segundo Santos (2004), períodos difíceis, ao receberem essa notificação, passando por tristeza, ansiedade e uma reorganização para a aceitação de seu bebê.

Com esses sentimentos presentes, os comportamentos que os pais apresentam são de atitudes compensatórias em relação à rejeição, superproteção ou aceitação, o que pode gerar nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança deficiente visual, na relação mãe-filho, uma distorção da quantidade e diversidade de estímulos externos.

Por isso, a forma com que os pais pensam e percebem o desenvolvimento da criança com deficiência visual reflete-se na maneira como interagem com ela.

Segundo Medeiros; Salomão (2012),

A construção de um sistema de crenças está presente em indivíduos ativos inseridos em uma cultura dinâmica e mutável, na qual acontece o compartilhamento de crenças grupais, e também a reconstrução destas, o que resulta em um sistema de crença individual e único, apesar da sua constituição social. Portanto, a dimensão cultural, através da compreensão da natureza infantil sobre a estrutura e o significado do comportamento humano, está relacionada ao emprego atual do conceito de crença sobre o desenvolvimento infantil (MEDEIROS; SALOMÃO, 2012, p.284).

Dessa forma, é fundamental a orientação aos pais para um bom entendimento das necessidades da criança com deficiência visual, visando oferecer ricos estímulos e situações que favoreçam sua curiosidade em explorar o meio e descobrir soluções adaptativas, assim como se movimentar dentro e fora de casa, superando medo e a ansiedade de se locomover (SANTOS 2004).

Outra questão é que não se pode afirmar que a criança com deficiência visual terá distúrbio nos relacionamentos ou dificuldades permanentes. Isto está diretamente relacionado com a capacidade da família em integrar estratégias em relação à necessidade de estímulos.

O risco de distúrbio, segundo Messa; Nakanami; Lopes (2012, p.239), “coexiste com a possibilidade de crescimento, fortalecimento e união dos membros familiares”.

Método

Levantamento bibliográfico

Conforme definição do tema a ser pesquisado, foram determinadas palavras chaves para a realização de levantamento bibliográfico, buscando expor sobre o que existe referente ao assunto, nos artigos de pesquisa publicados em revistas nacionais, bem como teses e dissertações recentes, considerando também indicações bibliográficas encontradas nas referências dessas obras.

As palavras chaves adotadas para a localização das referências foram: deficiência visual, desenvolvimento infantil, estimulação precoce, cego, autonomia e família.

A base de dados utilizada para o levantamento foi Google Acadêmico, bem como livros citados nesse material, documentos legais e publicações do Ministério da Educação sobre o desenvolvimento de crianças com deficiência visual.

Como critério de inclusão e exclusão desses materiais para análise, pretende-se que as obras abordem direta ou indiretamente a relação entre psicologia, desenvolvimento infantil e primeiros vínculos, preferencialmente dentro da categoria de infância, havendo restrições referentes ao período de publicação aceitável para o estudo, sendo este de 2010 a 2013.

Pesquisa de campo

Cuidados éticos

O trabalho foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Araraquara – Uniara. Após a obtenção de parecer favorável desse Comitê, teve início a coleta de dados junto aos participantes, precedida pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Participantes

O estudo contou com a participação de um profissional da área de Psicologia que atua dentro de uma instituição para pessoas com deficiência visual, há cerca de 5 anos; a mãe de uma criança com deficiência visual; e uma criança com deficiência visual que frequenta a instituição desde seis meses de idade, com o nome fictício de Ligia. Lígia tem nove anos de idade.

A amostra selecionada para a realização do estudo foi constituída a partir da disponibilidade de tempo e compatibilidade de horário para a coleta de dados, além do interesse em participar, identificada pela pesquisadora entre os usuários da instituição.

Materiais e método

Inicialmente foi feita observação dentro da instituição, com os profissionais e a criança em estudo, assim como observação da relação com sua cuidadora (mãe). Posteriormente, foram executadas entrevistas com a psicóloga, com a mãe e com a criança com deficiência visual. Essas entrevistas foram baseadas no roteiro em anexo, elaborado de acordo com os propósitos desta pesquisa (Apêndice 3).

Com a coleta de dados, estes foram analisados qualitativamente, considerando os objetivos do estudo, discutidos e comparados com base no conteúdo encontrado na literatura científica pertinente à área, conforme segue.

Resultados e discussão

Os resultados obtidos foram amplamente revisados pela pesquisadora, que optou por apresentá-los conforme a seguinte organização: a estrutura dinâmica da instituição em que se realizou a pesquisa; o olhar da psicóloga; o olhar da mãe e, finalmente, o olhar da criança.

A partir das entrevistas, foram elaborados organogramas que auxiliaram na melhor exposição dos dados, no qual foram mantidos na parte de resultados, de modo a permitir a visualização das categorias abordadas na análise qualitativa.

Ao final do trabalho, tais elementos foram articulados, de modo a oportunizar a compreensão mais global da realidade estudada.

Estrutura dinâmica da instituição

Em todo processo da pesquisa, as informações sobre a instituição estudada foram obtidas nos contatos estabelecidos pela pesquisadora com as profissionais que a atendeu.

A partir das informações coletadas, a instituição pesquisada tem os seguintes objetivos: oferecer atendimento às pessoas com deficiência visual, promovendo inclusão social; realizar capacitação e especialização de profissionais da área de educação, para que atuem com pessoas com deficiência visual; atuar junto aos familiares da pessoa com deficiência visual; garantir o acesso a materiais adaptados para a pessoa com deficiência

visual; estabelecer subvenções e parcerias com órgãos públicos ou privados, como forma de obter recursos técnicos e desenvolver estudos e pesquisas científicas relacionadas ao tema.

A instituição tem como demanda o atendimento às pessoas com deficiência visual e/ou deficiências múltiplas, sem faixa etária definida, seus respectivos familiares e pessoas próximas a elas. A instituição oferece também auxílio aos professores que recebem alunos com deficiência visual nas escolas, além de fornecer curso de capacitação profissional (formação de futuros profissionais atuantes na área).

Segundo dados fornecidos pela psicóloga, o número de usuários dos serviços oferecidos atualmente é de aproximadamente noventa pessoas, contando com seus familiares, e não incluindo pessoas que receberam orientações necessárias e tiveram que permanecer vinculadas à instituição.

Os recursos materiais, para o funcionamento da instituição, são obtidos através de parcerias com prefeituras que usam os serviços oferecidos e com a produção e venda de pães caseiros. Os Recursos Humanos, conta com uma equipe de profissionais capacitados e qualificados, como Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Assistência Social, Fonoaudióloga, Psicologia, Musicoterapia, Pedagogia, Educação Física, Letras, Artes e Sistemas de Informação.

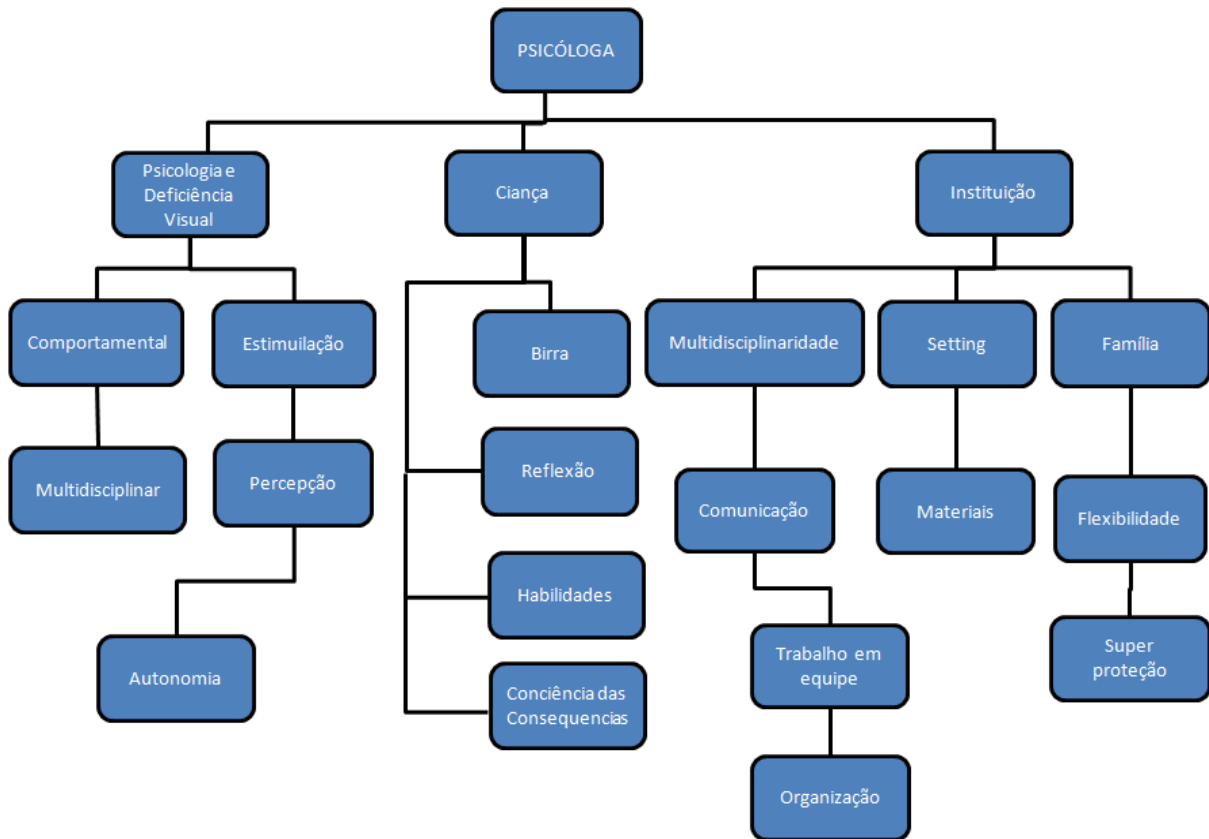
O olhar da Psicóloga

A escolha da profissional que foi entrevistada teve como critério a realização do trabalho junto à criança atendida na instituição escolhida para o estudo de caso desta pesquisa, já que, dentro da instituição existe outra psicóloga atuante. Buscou-se compreender o contexto da instituição, atentando para o enfrentamento diário de desafios, suas dificuldades e recursos utilizados, bem como as possíveis implicações da postura adotada por ela.

Conforme se observou durante a entrevista, a psicóloga mostrou-se disposta a colaborar com a pesquisa, comportando-se de maneira coerente e clara ao responder.

Na Figura 1, a seguir, é exposta a forma de organização do conteúdo apresentado pela psicóloga entrevistada, o que evidencia a complexidade de suas considerações a respeito dos temas abordados.

Figura 1: Aspectos mencionados pela psicóloga em seu relato.



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

O trabalho da psicóloga com pessoas com deficiência visual, em especial com a Ligia, é orientado pela abordagem cognitivo comportamental. O atendimento, atualmente, é realizado por meio de brincadeiras e reflexões a partir do contexto trazido pela criança.

Dentro deste contexto, a psicóloga trabalha com múltiplos recursos com o intuito de colaborar com a estimulação de pensamento de Ligia, a reflexão sobre as consequências advindas de determinados tipos de comportamento, como a birra, o desejo de mais atenção, assim como a percepção de autocuidado e habilidades, estas muitas vezes supervalorizadas pela mãe.

A partir do intuito do trabalho da psicóloga, levanta-se o questionamento da compreensão sobre o indivíduo, pois, cada um deveria ser visto por sua singularidade e potencial de ação, e não como objeto de intervenções e avaliações, direcionadas a modificações sociais e não apenas promover adaptações e reabilitação do corpo (GESSER, NUEMBERG, TONELI, 2012).

Como sugere Gomes; Xavier (2013), o acompanhamento dos profissionais de saúde proporciona situações em que a criança com deficiência visual devido a estimulação, desenvolve autocuidado, o que colabora para o desenvolvimento de sua autonomia.

A importância do bom relacionamento entre cuidadores e equipe profissional, segundo a compreensão da psicóloga, observa-se em relação ao fato de que a instituição proporciona momentos de comunicação entre os pais e profissionais, sejam eles quais forem, para discutirem quaisquer assuntos, como dúvidas sobre a deficiência, e principalmente questões envolvendo superproteção e outras em que possam trabalhar juntos:

“Sempre que possível a gente tem reuniões de pais, aí também, depois passam uns recados, tem um horário que os pais podem conversar com os profissionais que eles quiserem... a gente tem um grupo de mães também, pra área de psicologia, e todas os pais e mães estão convidados a virem, onde a gente conversa questões dos filhos também, e não é só porque o filho tem uma deficiência que as vezes tem questões que eu vou superprotege...” (psicóloga)

Na visão da profissional de Psicologia, a instituição fornece um espaço flexível. Para oferecer esse espaço, segundo Messa; Nakanami; Lopes (2012) a instituição deve estar voltada para o bom vínculo entre pais e terapeutas, que colabora para com a estimulação, favorecendo o desenvolvimento neuropsicomotor. Aos poucos os profissionais e a família se adaptam e passam a colaborar para atingirem um mesmo objetivo. Esse vínculo fortalece a visão das possibilidades e potencialidades da criança.

Assim como o bom relacionamento entre a equipe e os pais, existe a importância do *Setting* terapêutico, em que o trabalho da Psicologia é visto como uma atividade transformadora, que promove saúde, associada diretamente à característica criativa, tanto do paciente em utilizar seu potencial criativo, quanto da psicóloga em proporcionar ambiente seguro e confortável para os novos significados a serem atribuídos às ansiedades trazidas dispondo de materiais próprios para o atendimento, com base no que é planejado realizar (SAKAMOTO, 2011).

Como a psicóloga menciona, há necessidade de um espaço próprio da Psicologia: *“pra tentar manter aquela segurança do setting, pra você ter mais certeza do que ali, oh ali vou ter o que eu preciso, vou conseguir oferecer para o paciente um ambiente adequado para o atendimento”*.

O trabalho em equipe é fundamental para um bom andamento das ações propostas. Conforme Messa; Nakanami; Lopes (2012) as condutas de adaptação em crianças com

deficiência visual tem extrema importância, tanto para a inclusão escolar como também para a promoção de saúde, pensando na independência e autonomia, em que o trabalho multidisciplinar é importante para um atendimento mais amplo. Isso se revela na comunicação entre os profissionais, tanto para acompanhar os casos da instituição, como para intervir em equipe, de forma harmoniosa com a organização, como a própria psicóloga disse:

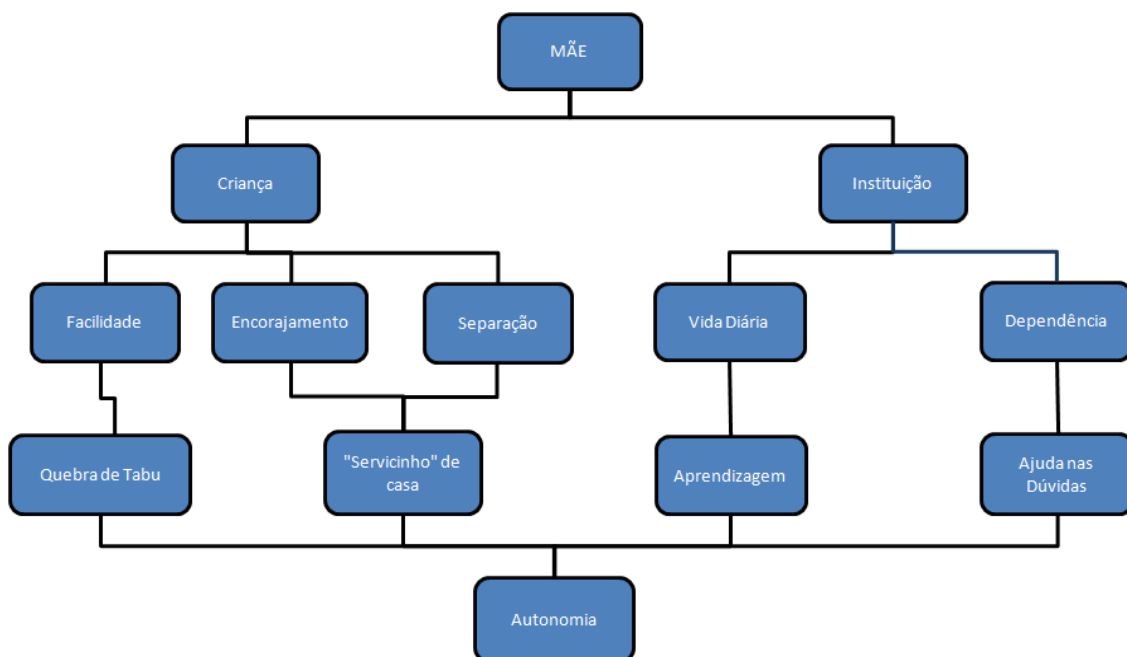
“Apesar de eu trabalhar com análise comportamental, a própria instituição sabe disso, e aí a gente vai conversando e vai tomando medidas, assim o pessoal ‘olha, quando a Ligia fizer isso o ideal é fazer isso e isso’, então a gente atua como um todo... pensando em promover, em como todo mundo pode trabalhar pra promover um determinado objetivo”.

O olhar da Mãe

A entrevista realizada com a mãe teve como objetivo obter informações relevantes sobre sua compreensão diante da deficiência visual de sua filha, além de colher dados sobre a atuação da instituição.

A Figura 2 evidencia os aspectos abordados pela mãe participante por ocasião da entrevista.

Figura 2: Aspectos abordados no relato da mãe participante.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados.

No momento da entrevista, a mãe apresentava-se tranquila e aparentemente disposta em participar do trabalho, respondendo à todas as perguntas de forma serena. Mostrou restrição de envolvimento e conhecimento em relação à instituição, mas quanto às atividades da filha mostrou ter conhecimento.

A confirmação a respeito da deficiência visual da filha ocorreu próximo aos dois meses de vida dela, período em que começou todo processo de investigação sobre o caso. A mãe relata a existência de desconfiança sobre a presença da deficiência, pois ela sentia que o bebê tinha algo de diferente.

“Eu descobri logo no começo, quando chegou em casa, que tinha alguma coisa diferente, que ela não respondia à luz, porque eu já tinha uma filha de 14 anos, então o que a gente faz, a gente acende e apaga a luz na cara do neném pra ele ficar piscando os olhinhos. E ela já não respondia a isso”.

A partir da investigação realizada na época, pôde-se confirmar a Toxoplasmose Congênita como causa do problema.

Em função da vivência ao lado do pai da mãe, também deficiente visual, a mãe acreditou que os cuidados seriam se, não os mesmos, muito próximos ao que ela já conhecia, sendo possível realizá-los tranquilamente.

Segundo Medeiros; Salomão (2012), as crenças construídas fazem parte de uma dinâmica cultural e mutável, o que acontece na interação grupal. Diante disso foi possível observar que, na experiência concreta com a filha com deficiência visual, esta crença de “facilidade” foi destruída, tornando novos os desafios, já que passou a haver uma reconstrução da crença, em um sistema único e individual.

Considerando a maneira com que os cuidadores pensam e compreendem o processo de desenvolvimento da criança com deficiência visual, este pode caracterizar-se por ações de encorajamento e independência, segundo Medeiros; Salomão (2012).

As mães devem dar uma atenção maior às novas aquisições e novos comportamentos, entendendo que o seu papel é fundamental para estabelecer novas oportunidades de desenvolvimento de habilidades.

Toda essa influência, que parte da própria casa, quebra o tabu sobre a criança com deficiência visual ter limitações e características diferenciadas ao serem comparadas com crianças que possuem visão. O que ocorre é que a criança com deficiência visual precisa de estimulação específica, com oportunidades para executar tarefas novas. Em muitos casos, por

ter falta de compreensão sobre a importância da estimulação, acaba-se relacionando diretamente as dificuldades encontradas à ausência de visão (MEDEIROS; SALOMÃO2012).

Como foi visto na realização da entrevista com a mãe, a mesma relata as dificuldades na aceitação da inserção da filha junto aos demais familiares. Embora ainda haja dificuldades de compreensão da família em relação à capacidade da filha com deficiência visual, a mãe a incentiva a realizar o que aprende na instituição, como nas atividades domésticas:

“Então tem alguns que é meio complicado, minhas irmãs que também quer tratar ela, ela é normal, pra mim as duas são normais, mas só que ela tem assim, ela é um pouquinho vagarosa pra fazer as coisas, onde eles querem que ela seja igual, né. Mas na aprendizagem na escola comum a professora até tira nota dela, porque ela deveria ficar mais quietinha, porque só dá ela respondendo, e na hora da prova ela responde pro outro, tanto quer dizer ela é “super” inteligente”.

Outro item apresentado pela mãe na entrevista foi a preocupação de preparar a filha para quando ela, a mãe, não estiver por perto.

Em relação à separação mãe e filha, Gomes; Xavier (2013) afirmam que os cuidadores tendem a lutar contra a superproteção e contra a infantilização da criança, para que não haja tendência de dependência da criança com deficiência visual, amenizando os receios da criança se machucar, para não ficarem seguindo os passos da criança dentro de casa, conduzindo-a para todos os lados. Gomes; Xavier (2013) falam também do medo existente dos cuidadores em deixar a criança com deficiência visual brincar com crianças com visão, por exemplo, de modo que acabam interferindo nas decisões do filho com deficiência visual: “estas atitudes de superproteção dificultam a interação da criança com o mundo à sua volta e fazem com que esta não desenvolva suas potencialidades” (GOMES, XAVIER, 2013, p.89).

Partindo da ideia de incluir a filha na sociedade, a mãe demonstra, durante a entrevista, a importância que dá para a autonomia da filha, o incentivo de ensiná-la ser capaz de fazer atividades diárias, e as difíceis adaptações para sua realização. A mãe relata que ambas as filhas “são iguais”, pois cada uma possui uma dificuldade, mas as duas são capazes de realizarem atividades com sucesso. Sendo assim, podemos comparar com a literatura que afirma papel essencial a interação familiar, sendo a base para o desenvolvimento infantil, o primeiro ambiente para vivenciar relações grupais, relações de cuidados e de potencialização, vendo a família como responsável por criar estratégias para a estimulação da criança com deficiência visual, voltadas para a sua autonomia (GOMES; XAVIER, 2013).

Sobre a instituição, a mãe relatou a necessidade para solução de problemas da filha, os quais só são solucionados junto à instituição, bem como a insegurança para dissolver tais dificuldades sozinha. É possível afirmar que ela colabora para a construção de um vínculo dependente em relação à instituição. Segundo Gomes; Xavier (2013), a ideia de cuidar de uma criança com deficiência visual leva a família a agregar a vários sentimentos, como medo e incapacidade, tal fato colabora para a prestação de cuidados oferecidos pelas instituições especializadas. Nesses ambientes são proporcionados cuidados por profissionais habilitados, permitindo-se interações sociais significativas, sendo uma fonte relevante de apoio e estímulo familiar e para a criança com deficiência visual.

Sabe-se que há grande importância no convívio dos deficientes visuais com os demais indivíduos da sociedade, já que desta forma estes terão maiores possibilidades de aprendizado e adaptação às limitações diárias. Verifica-se que a aquisição de conhecimentos relativos à DV apresenta-se como um facilitador para o cuidado familiar à criança (GOMES, XAVIER, 2013, p.90).

Segundo o relato da mãe durante a entrevista, a importância que a instituição tem ao colaborar para a autonomia da filha é notável. Para ela, é um local que proporciona contato com elementos da vida diária, como andar na rua, lavar louça, permitindo o autoconhecimento e independência:

“Ela chegava em casa, quando ela começou a lavar louça, ela chegava em casa e falava: ‘ô mãe, eu já aprendi lavar coisa de plástico’, ai ela queria lavar toda hora, mas agora ela ‘tá’ na fase de preguiçosinha que ela não está fazendo, mas ela sabe”.

Conforme Gomes; Xavier (2013) sugere, o auxílio profissional dá o apoio necessário para a criança com deficiência visual, estimulando o autocuidado e a independência. Destaca ainda a importância da intervenção precoce, que favorece o desenvolvimento dessas capacidades de autocuidado.

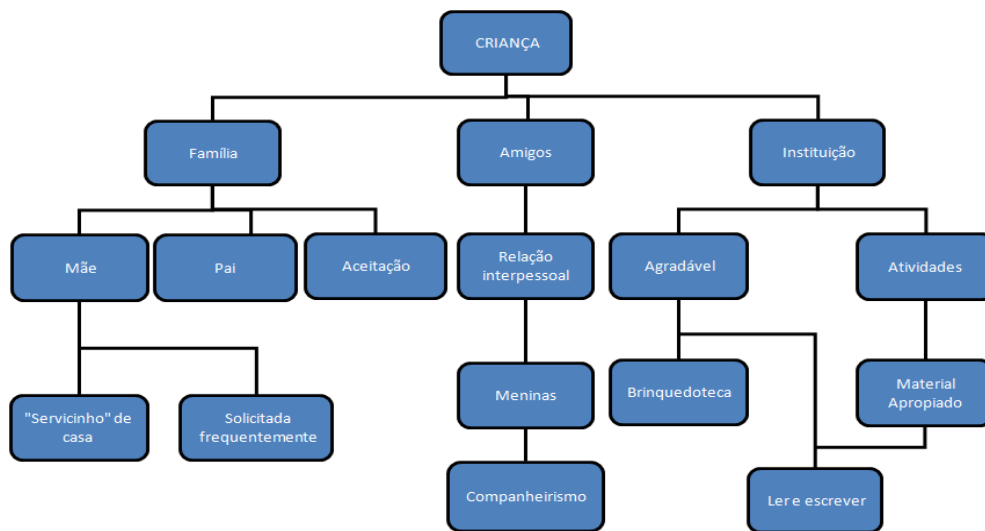
Olhar da Criança

A entrevista realizada com a criança teve como objetivo obter informações relevantes sobre sua compreensão diante a deficiência visual, além de colher dados sobre sua participação dentro da instituição e suas relações sociais, principalmente familiares.

No momento da entrevista, Ligia apresentava-se animada, disposta em participar do trabalho, respondendo a todas as perguntas de forma agitada. Mostrou ser uma criança de fácil comunicação, com falas coerentes, mostrou também o apego pela instituição e pela escola.

Na Figura 3 são apresentados os aspectos mencionados durante a entrevista com a criança participante.

Figura 3 - Aspectos mencionados durante a entrevista com a criança participante.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados.

As instituições especializadas possuem papéis fundamentais para aprendizagem de diversos conceitos. Conforme Boas; Ferreira (2010) observam o intuito geral das instituições de saúde estudadas em suas pesquisas foi basicamente o de colaborar para o desenvolvimento de crianças com deficiência visual na formação de independência e integração à sociedade, sendo de responsabilidade do profissional orientar a criança socialmente em atividades de esporte e lazer, por exemplo, com o apoio da família.

A partir disso, pode-se observar que a instituição, com base no relato de Ligia, é algo que lhe proporciona momentos agradáveis de convívio social, aprendizagem, descontração, em que recebe materiais adequados para leitura, locomoção, identificação de ambientes, objetos e brinquedos, sendo que as atividades de leitura e as realizadas na brinquedoteca são os momentos mais desejados por ela: *“Ah, eu brinco com uma ‘Etezinha’, ela fala que o nenê vai nascer e demora um pouquinho, é muito divertido.”*; *“Gosto de ler, escrever e da brinquedoteca.”*

É notável que a instituição, na compreensão da criança, seja um ambiente colaborativo, que a ensina andar na rua, fazer atividades domésticas, higiene pessoal, um lugar em que recebe a oportunidade de aprender sem medo.

Para Lígia, a instituição é um ambiente colaborativo, fornecedor de possibilidades, de aprendizagem e de estimulação sensorial diversificada, que colabora com a rotina da vida da pessoa com deficiência visual, conseqüentemente ensina a ler e escrever abrindo ainda mais os horizontes, conforme indica Boas; Ferreira (2010).

O ensino de Braille faz com que a criança seja inserida às informações textuais, abrindo portas para o conhecimento do mundo e de variados textos e histórias. Considerando este item importante, é favorável Lígia gostar de ler, assim como gosta de escrever na sua máquina de Braille, sendo que não se restringe à informação, mas amplia a criatividade e capacidade de inovação, recurso para o pensamento humano, incluindo o deficiente visual nas oportunidades de compartilhar informações (BOAS e FERREIRA, 2010).

Com a leitura, pode-se incluir a criança com deficiência visual em diferentes grupos. O brincar também tem participação no processo de relações sociais, desenvolve também os sentidos, aperfeiçoando a habilidade para usar as mãos e o corpo, reconhecendo a partir do tato e do olfato, as texturas, os formatos e os aromas. Brincando, a criança poderá conhecer as sensações que ela pode produzir (SIAULYS, 2005).

Assim, a utilização da brinquedoteca, para Lígia, constitui momentos de descoberta, tanto corporal externo, quanto corporal interno, como também mostra Saulys (2005), a criança com deficiência visual precisa que alguém lhe mostre a função do brinquedo, para despertar a curiosidade de brincar e poder fantasiar.

O papel da família foi notável durante a entrevista, pois em vários tipos de situações a presença da mãe foi descrita, indicando a existência de uma necessidade dessa presença, embora, a mesma, fale que existe uma preparação para essa separação. Com isso pode-se observar, pelo relato da mãe, que a rotina, a vida profissional, e a distribuição de tarefas diárias são modificadas com a vinda de uma criança com deficiência visual, podendo gerar sobrecarga.

Silva; Ramos (2014) discorrem, que, cada núcleo familiar responderá de uma forma a essa nova situação, o que podemos relacionar aos movimentos de vida familiar de Lígia, em que ela participa frequentemente das atividades domésticas, com a irmã com visão, mas solicita a presença da mãe para ajudar em tarefas escolares: *“Que nem hoje, eu tava cansada, ai na hora do almoço eu falei: ‘você toma minha leitura na hora que eu chegar da escola, ai quando chegar em casa nós vamos fazer isso.’ (Lígia).*

Em razão disso, surge a reflexão sobre o relacionamento do pai e o relacionamento da mãe com Ligia. As atribuições dadas a cada um em relação à filha com deficiência visual são distintas, o que gera diferentes modos de apresentar desafios e oportunidades, bem como outros membros da família que podem negar a realidade da deficiência, não possibilitando alternativas para efetivação de atividades (SILVA; RAMOS, 2014).

Ao relatar do pai, já falecido há cerca de quatro anos, Ligia diz não ter muitas lembranças, mas lembra dos momentos diferentes dos que passa com a mãe. *“Eu gostava de ficar sentada perto dele, conversando com ele.”*, relata Ligia, enquanto a mãe diz:

“Ele chegava do serviço cansado, eu não tenho a disposição dele sabe, e ficavam rolando no chão com as duas, sabe, aquele paizão presente, que nem aqui na escola mesmo, era mais ele que trazia ela, ele que acompanhava, porque ele queria saber detalhe por detalhe.”

Silva; Ramos (2014) apontam que a família, em especial os cuidadores, possui papel essencial para a composição de autonomia da criança ao longo da vida, ou seja, as decisões que tomam influenciam diretamente na capacitação, participação e integração no âmbito social, o que se pode notar na entrevista. Ligia fala que as amigas são companheiras e a ajudam quando precisa, *“não se importam por eu não enxergar”*.

Comparando as entrevistas, pode-se observar o contexto em que Amaral (1998) se refere quando aborda a conotação de deficiência e também aos conceitos de perda de estrutura, restrições de atividades, em que a condição de uma pessoa com deficiência visual é articulada com o meio social em que ela vive, ou seja, generaliza a ideologia de capacidades em executar tarefas, sejam elas com adaptações ou não, surgindo o pré-conceito, a culpabilização da vítima, restrições de convívio em sociedade, e realização de atividades.

Ocorrendo a criação da ideia de qualquer atividade rotineira exigirá uma capacidade elevada para se realizar. Assim, o que pode ser observado nas entrevistas é a correspondência das atividades com a capacidade para tanto, ou seja, não existiam expectativas de capacidade “normal” para realizar atividades autônomas e de convívio social e quando elas acontecem são vistas como algo extraordinário.

Outro elemento que se destacou foi a contradição entre o relato da mãe e da psicóloga para com a instituição. Pelo relato da mãe foi observado a dependência entre a família e a instituição, onde criou-se um considerável ciclo de dependência de colaboração e resolução de desafios, ou seja, a mãe sente falta do apoio imediato da instituição para dissolver alguma situação ainda não vivenciada. Em contrapartida a instituição ressalta a importância da

participação e “exploração” dos pais para as adaptações e criação de alternativas, mas fornecendo o suporte básico, mas sente falta dessa demonstração de interesse.

Este bom convívio da família e profissionais, segundo Messa; Nakanami; Lopes (2012) tende a favorecer o desenvolvimento da criança com deficiência visual e fortalece a elaboração de possibilidades e a percepção de capacidade, mas ele precisa ser compreendido pelos dois lados, instituição e cuidadores.

A participação da psicóloga ressalta a importância da percepção dos pais sobre a capacidade de desenvolvimento da criança e a autonomia dela nas trocas interativas. Mostra que é colaborativa em sua amplitude de conhecimentos, como também em seus conhecimentos específicos, não eliminando outros profissionais, mas pelo contrário, dentro desta instituição a ligação entre as outras áreas é fundamental para o trabalho da psicóloga, sendo que a criança traz os contextos vivenciados em casa ou na própria instituição, além de outros lugares que frequenta, no sentido de um trabalho multidisciplinar, um trabalho que visa a promoção do desenvolvimento humano.

Santos (2004) defende que a descoberta da deficiência visual traz sentimentos variados e complexos, que podem variar de rejeição a aceitação, além de tristeza, culpa e ansiedade. Assim, a partir das informações colhidas em entrevista, foi demonstrado que, para mãe, existiu uma dificuldade em aproximação da filha, embora sua fala seja a de que o pai foi sempre quem quis participar da vida diária da filha, não a solicitando, e quando veio a falecer houve uma obrigação de retomar o papel de principal cuidadora. Talvez isto possa estar relacionado a toda vivência dessa descoberta e os sentimentos citados acima, com isso existiu toda uma complexidade em adaptações e elaboração de pensamentos alternativos para ensinar a filha a realizar determinadas tarefas, o que talvez possa explicar a menor quantidade de estímulos oferecidos pela mãe à filha.

Quanto à complexidade na relação mãe-filha, ressalta-se o trabalho que a instituição oferece junto aos pais, vem justamente para abordá-la de uma forma mais ampla, direcionada para todas as famílias. Entretanto, havendo a necessidade, existem momentos mais particulares com os pais, para oferecer orientações e proporcionar um bom entendimento sobre o que é a deficiência visual, mostrando a importância dos estímulos para despertar a curiosidade da criança para realizar, aproximar, movimentar, explorar verbal e fisicamente os ambientes em que vive, para tornar-se um indivíduo autônomo (SANTOS, 2004).

Considerações finais

Este estudo buscou analisar a importância da percepção dos pais sobre a capacidade de desenvolvimento da criança, assim como a autonomia dela nas trocas interativas e principalmente em contextos de estimulação para o seu desenvolvimento, considerando a atuação do psicólogo nas possibilidades de intervenção junto aos pais de uma criança com deficiência visual e os principais meios de proporcionar estímulos para explorar o mundo, realizando um estudo de caso em uma instituição especializada.

No contexto de percepção dos cuidadores, quanto à compreensão da capacidade de desenvolvimento da criança com deficiência visual, foi notória a escassez de trabalhos acadêmicos disponíveis na base de dados pesquisada. Entretanto, em relação à deficiência visual, em diversos contextos, havia uma diversidade, tendo sido utilizados artigos que se assemelhavam ao tema proposto.

Após a discussão dos resultados obtidos, destaca-se que este estudo permitiu observar que a influência dos estímulos está diretamente ligada à capacidade de desenvolvimento da criança compreendida pelos cuidadores, assim como as questões de compreensão do que representa a deficiência visual para a criança, em relação às suas habilidades, capacidades individuais e adaptações para o meio, sendo vistos seus pontos positivos e capacidades como de forma exageradamente valorizada, mas com o sentido de incapacidade e não capacidade. Assim, a pessoa com deficiência visual, quando mostra-se capaz de ler, escrever, se relacionar, se comunicar, interagir socialmente e ser autônoma, como no caso estudado, é vista como alguém que tem altas habilidades. Havendo a restrição da visão, tornam-se generalizados outros quesitos como os citados.

Destaca-se também que a Psicologia, dentro da instituição, não tem um espaço de atuação próprio. Embora tenha sido mostrada uma participação colaborativa com as crianças, esta parece ainda não ter sido alcançada com os cuidadores, neste caso, com a mãe. O intuito mostrado pela psicóloga, no entanto, foi o de crescimento profissional e maior amplitude de atuação da Psicologia dentro da instituição, onde ela e a companheira estão procurando realizar novos projetos para melhor atuar.

Contudo, são necessários mais trabalhos de pesquisa que contemplem a importância da percepção dos pais perante os filhos com deficiência visual, com uma constante reflexão a respeito da capacidade que existe e pode ser apreendida com a colaboração da atuação do profissional da Psicologia, com o objetivo de oferecer diferentes possibilidades de atendimento, também em áreas alternativas da clínica.

Com isso, o futuro profissional e social encontrar-se-ia mais familiarizado e informado quanto aos conceitos envolvidos e as capacidades das crianças com deficiência visual, bem como as desvantagens a serem enfrentadas por elas, de modo a compreender melhor as limitações e também questionar realmente se estas limitações são inerentes à sua condição ou atribuídas a elas.

No caso estudado neste trabalho, as expectativas de altas habilidades se mostraram bastante relevantes, à medida que, de forma explícita, a atuação da psicóloga é marcada pelo esforço para corresponder a elas e conseqüentemente aumentar a expectativa da mãe, como forma de conforto.

Referências

AMARAL, L. A. Sociedade x deficiência. **Revista Integração**, v. 4, n. 9, p. 4-10, 1992.

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J.G. **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, p. 11-30, 1998.

BOAS, L. L.V., FERREIRA, S. P. A. O papel da estimulação precoce e da escolarização na constituição do sujeito-leitor cego: um estudo de caso. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.13, n.º 2, p.347-374, jul./dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brincar para todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1989.

_____. **Decreto nº 5.296/de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.213/91**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1991.

_____. **Lei 11.126/2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.

_____. **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, Brasília, DF, 2006.

- _____. **Formação continuada a distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado** – Deficiência Visual. SEESP, SEED, MEC. Brasília, DF, 2007.
- COLL, C. ; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Volume 3. 2.^a Edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GESSER, M., NUENBERG, A. H., TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.
- GOMES, P. A. C., XAVIER, D. M. Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cuidado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n.º 2, p. 86-92, 2013.
- MEDEIROS, C. S.; SALOMÃO, N. M. R. Concepções maternas sobre o desenvolvimento da criança deficiente visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.18 n.º 2, abr./jun. 2012.
- MESSA, A. A., NAKANAMI, C. R., LOPES, M. C. B. Qualidade de vida de crianças com deficiência visual atendidas em Ambulatório de Estimulação Visual Precoce. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 75, n.º 4, 2012.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Boletín de la Organización Mundial de la Salud. Datos mundiales sobre la deficiencia visual en el año 2002**. Disponível em: <<http://www.who.int/bulletin/volumes/82/11/resnikoff1104abstract/es/#>>. Acesso em 18 de março de 2014.
- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
- SAKAMOTO, C. K. Clínica psicológica: o manejo do setting e o potencial criativo. **Boletim de Psicologia**, v.61, n.135, p. 149-157, 2011.
- SANTOS, F. D. **A aceitação e o enfrentamento da cegueira na idade adulta**. UFSCar ,São Carlos, 2004.
- SCHRUBER, J.; CORDEIRO, A. F. M. Educação inclusiva: desafios do estágio curricular supervisionado em psicologia escolar/educacional. **Psicologia, Ensino & Formação**, Brasília, v. 1, n.º 1, abr., 2010.
- SIAULYS, M. O. C. **Brincar para todos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2005.
- SILVA, C. C. B.; RAMOS, L. Z. Reações dos familiares frente à descoberta da deficiência dos filhos. **Cadernos de Terapia Ocupacional**. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 15-23, 2014.
- UNESCO, **The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education**. Espanha, Junho, 1994. Disponível em:<http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF>. Acesso em 22 mar. 2014.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a importância da percepção dos cuidadores sobre os conceitos de capacidade de desenvolvimento da criança, sobre autonomia nas trocas interativas e principalmente sobre contextos de estimulação para seu desenvolvimento. Busca-se também refletir sobre a atuação do profissional da Psicologia junto a mãe e a criança com deficiência visual, baseando-se em um estudo de caso. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, com uma psicóloga, com uma criança com deficiência visual e sua mãe, as quais foram analisadas qualitativamente. Este estudo permitiu observar que a influência dos estímulos está diretamente ligada à capacidade de desenvolvimento da criança, assim como as baixas expectativas sobre as atividades da criança com deficiência visual, considerando suas aquisições diárias como algo extraordinário. Em relação ao papel da psicóloga, pode-se concluir que a atuação dela, está focada no comportamento da criança, associando-os às influências que este pode sofrer diante da percepção dos cuidadores, assim como atuando indiretamente com os pais de modo a evitar atitudes de superproteção.

Palavras chave: Deficiência visual. Desenvolvimento infantil. Psicologia.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the importance of perception of people who look after of the child about concepts of capacity development of the child, on autonomy in interactive exchanges and especially in contexts of stimulation for their development. Seeking also to reflect on the role of professional psychology with the mother and child with visual impairments, according to studies in the case. Semi-structured interviews were used, with a psychologist, with a visually impaired child and his mother, which were analyzed qualitatively. This study allowed us to observe that the influence of stimuli is directly linked to the child's developmental capability, as well as low expectations about the activities of the child with visual impairment, considering their everyday acquisitions as something extraordinary. Regarding the role of the psychologist, it can be concluded that the performance of it is focused on children's behavior, associating them to the influence that this may have on the perception of caregivers, as well as acting indirectly with parents to avoid attitudes overprotection

Keywords: Visual childrens development, precocious encouragement, blind, autonomy, family.